

DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO VERDE EM NAVIRAÍ/MS *CHALLENGES OF RURAL EXTENSION IN BRAZIL: CASE STUDY OF THE DISTRITO VERDE IN NAVIRAÍ/MS*

Daniel Zimmermann Mesquita¹

Geovano Moreira Chaves²

André Carvalho Baida³

Nathalia Fabiane Gomes Pereira⁴

Sabrina dos Santos Soares⁵

Resumo: A extensão rural é uma atividade que envolve vários atores com diferentes experiências, e que de certo modo, procura convergir teoria e prática em busca de solução dos problemas diários na propriedade rural. Dessa forma, são muitos os desafios que envolvem essa atividade que requer, ao mesmo tempo, uma boa formação técnica, ética, humana e social do agente que pretende desenvolvê-la com sucesso. O objetivo desse trabalho é, através de um estudo de caso do Distrito Verde em Naviraí/MS, realizar uma nova apresentação da extensão rural como forma de ensino informal e compartilhamento do conhecimento com o intuito de agregação de valor nas comunidades camponesas visando obter benefícios econômicos, sociais e ambientais. Elaborou-se um questionário junto aos técnicos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) com o intuito de averiguar como se deu a implantação do projeto “Distrito Verde”, as consequências sociais, econômicas e ambientais, e as perspectivas de crescimento e desenvolvimento dos agricultores que lá residem. Após 13 anos da implantação do Distrito Verde, percebeu-se que o grande diferencial deste projeto foi a concentração dos produtores de hortaliças em um só lugar próximo à cidade. Desta situação pode-se citar várias vantagens como facilitação da assistência técnica e extensão rural, possibilidade de melhor infraestrutura para os produtores rurais, trocas de experiências entre os agricultores, maior facilidade para a formação de associações e cooperativas, otimização dos recursos e implementos necessários à produção agrícola. Um outro diferencial foi a definição do foco em produção de hortaliças especificamente, diferente do que acontece por exemplo em assentamentos rurais na qual cada agricultor produz o que achar mais conveniente naquele momento.

1 Doutor em Fitotecnia pela UFRRJ e Professor de Agronomia no IFMS, campus Naviraí. E-mail: daniel.mesquita@ifms.edu.br

2 Doutor em História pela UFMG e Professor de História no IFMS, campus Dourados. E-mail: geovano.chaves@ifms.edu.br

3 Mestre em Sociologia pela UFPR e Professor de Sociologia do IFMS, campus Naviraí. E-mail: andre.baida@ifms.edu.br

4 Graduanda em Agronomia pelo IFMS, campus Naviraí. E-mail: nathaliafabiane.pp@gmail.com

5 Mestre em Biologia pela UFRRJ. E-mail: sabrinybio@gmail.com

Palavras-chave: Prática extensionista, comunidades rurais, profissionalização.

Abstract: Rural extension is an activity that involves several actors with different experiences, and who, in a certain way, seeks to converge theory and practice in search of a solution of daily problems in rural property. In this way, there are many challenges that involve this activity, which requires, at the same time, a good technical, ethical, human and social formation of the agent who intends to develop it successfully. The objective of this work is, through a case study of the Distrito Verde in Naviraí/MS, to carry out a new presentation of the rural extension as a form of informal education and knowledge sharing with the purpose of adding value in the peasant communities in order to obtain economic benefits, social and environmental. A questionnaire was prepared with the AGRAER technicians in order to determine how the "Distrito Verde" project was implemented, the social, economic and environmental consequences, and the growth and development prospects of the farmers residing there. After 13 years of implementation of the Distrito Verde, it was noticed that the great differential of this project was the concentration of the producers of vegetables in a single place near the city. From this situation we can mention several advantages such as the facilitation of technical assistance and rural extension, the possibility of better infrastructure for rural producers, exchanges of experiences among farmers, easier formation of associations and cooperatives, optimization of resources and implements necessary for the Agricultural production. Another difference was the definition of the focus on vegetable production specifically, different from what happens for example in rural settlements in which each farmer produces what he finds most convenient at that time.

Key words: Extension practice, rural communities, professionalization

1 INTRODUÇÃO

As atividades de extensão no Brasil podem ser consideradas formas de educação que buscam convergir teoria e prática, de modo que o aprendizado e a troca de experiências sejam as mais proveitosas possíveis. Particularmente, a extensão rural é um trabalho que envolve vários atores com diferentes vivências e visões de mundo. Deste modo, são muitos os desafios que envolvem essa atividade que requer, ao mesmo tempo, uma boa formação técnica, ética, humana e social do agente que pretende desenvolvê-la com sucesso.

A Revolução Verde consistiu em um extenso programa implementado em meados do século XX, iniciado no México, sob iniciativa da Fundação Rockefeller, cujo objetivo principal era implementar um conjunto de tecnologias voltadas para o aumento da produtividade das culturas agrícolas com o objetivo de erradicar a fome no mundo (ABBOUD, 2013). No Brasil, alguns marcos importantes da implementação da Revolução Verde foram as fundações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) pela Lei 5.851 em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) pela Lei 6.126 em 1974.

Nesse sentido, o intuito da criação dessas entidades estatais era promover a inovação tecnológica no âmbito da agropecuária brasileira com o investimento em pesquisa de ponta e repasse das novas técnicas de cultivo através da extensão rural. Ao longo das décadas subsequentes a Embrapa foi se consolidando através de pesquisa de qualidade na área das ciências agrárias. O lançamento de variedades de espécies vegetais altamente produtivas, a inovação das formas e sistemas de cultivo e a implementação de tecnologias voltadas para a melhoria dos tratamentos culturais foram alguns dos méritos da Embrapa, que conseqüentemente permitiu que o Brasil se destacasse como um dos maiores países produtores de grãos, fibras, biocombustíveis, celulose e gêneros alimentícios de uma maneira geral (ABBOUD, 2013).

Por outro lado, a Embrater já na sua lei de criação continha o seguinte objetivo: “promover, estimular e coordenar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social” (PEIXOTO, 2008). Em um primeiro momento, a ideia era que a Embrapa e a Embrater trabalhassem em sintonia, ou seja, a primeira seria responsável por desenvolver a pesquisa e novas tecnologias, e a segunda teria o objetivo de levar esse conhecimento ao campo e difundi-lo aos agricultores.

Porém, a assistência técnica e extensão rural não apresentaram o mesmo êxito que a pesquisa, e em 1990 foi extinta a Embrater. Neste mesmo ano foi criada a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), e até os dias atuais o serviço de extensão rural por entidades públicas no Brasil é realizado pelas entidades estaduais de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Atualmente, na maioria das regiões brasileiras, esses serviços são realizados pelas EMATER de cada estado. Em alguns estados há a variação do nome dessas empresas, como por exemplo a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) em São Paulo, a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul) em Mato Grosso do Sul e a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) em Santa Catarina.

Neste contexto, enquanto a pesquisa agropecuária no Brasil sempre foi motivo de elogios e orgulho pelo público em geral, a extensão rural, na maioria das vezes, passou a impressão de ineficiente ao atingir seus objetivos, sendo alvo de críticas quanto à forma como foi implementada. Atualmente, há uma discrepância grande entre a qualidade dos serviços de ATER prestados a nível estadual. Como cada Estado apresenta suas particularidades e administra de maneira diferente seus recursos, alguns priorizaram a extensão rural, enquanto outros nem tanto.

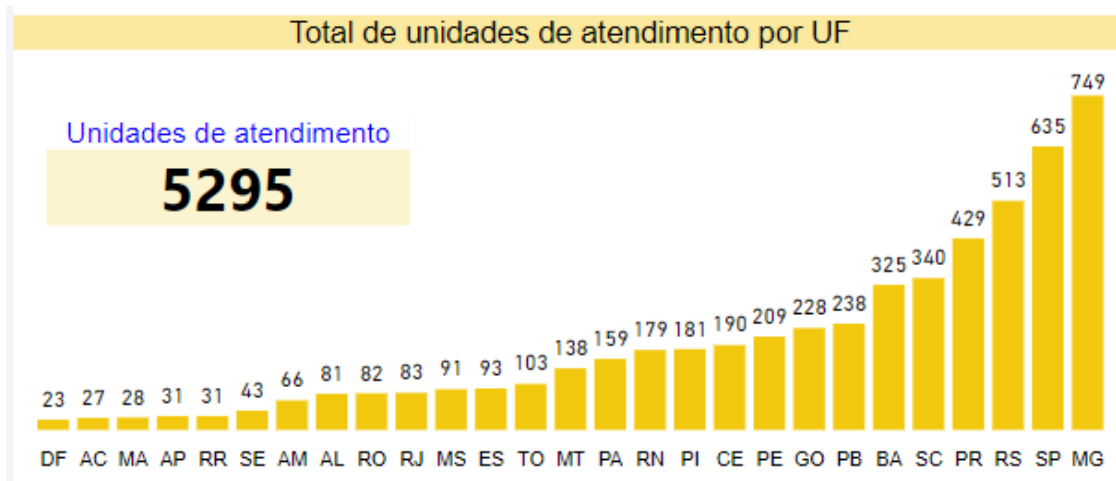
O objetivo desse trabalho é, através de um estudo de caso do Distrito Verde em Naviraí/MS, realizar uma nova apresentação da extensão rural como forma de ensino informal e formal, e compartilhamento do conhecimento com o

intuito de agregação de valor nas comunidades camponesas visando obter benefícios econômicos, sociais e ambientais.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com os dados da ASBRAER (2018), a rede ATER hoje apresenta 27 entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural com 5.295 locais de atendimento e 15.319 extensionistas em visitas regulares às famílias rurais. A comparação dos serviços prestados entre os Estados deve ser vista de maneira criteriosa respeitando as características geoeconômicas de cada região. Porém, em uma simples comparação entre estados com grandes dimensões no Brasil, enquanto Minas Gerais apresenta 749 unidades de atendimento, os estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins apresentam respectivamente 91 e 103 unidades de assistência técnica rural (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Unidades de Atendimento de ATER por estado



Fonte: ASBRAER, 2018

O número de unidades de atendimento e quantidade de profissionais extensionistas estão muito ligados às características geoeconômicas de cada região. Estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná caracterizam-se por terem muitos municípios e ao mesmo tempo uma

agricultura familiar forte e tradicional. Por outro lado, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, apesar de serem estados com grande extensão territorial, apresentam poucos municípios com áreas enormes na qual predominam a agropecuária empresarial.

Um outro reflexo perceptível no que diz respeito ao processo histórico e econômico da agropecuária brasileira está na localização das tradicionais Universidades voltadas ao ensino de Ciência Agrárias. Nesse sentido, pode-se citar a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Lavras (UFLA) em Minas Gerais, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em São Paulo, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) no Paraná, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul.

As Universidades públicas brasileiras e Institutos Federais de uma maneira geral apresentam em seus planos de desenvolvimento institucional o tripé ensino, pesquisa e extensão. Na própria Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Porém, é notório que na maioria das renomadas Universidades brasileiras, o ensino e pesquisa são prioridades e apresentam alto grau de excelência, enquanto a extensão é ainda um campo desconhecido e de poucos resultados.

Botomé (1996) já realizava críticas a este processo desconexo entre ensino, pesquisa e extensão. Este autor considera um equívoco a existência da extensão universitária nos moldes atuais, e defende que a prática de extensão nas Universidades deveria ser incorporada a um ensino e pesquisa bem realizados, levando em consideração a indissociabilidade entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer.

Na área das ciências agrárias, e ainda no contexto de perfil e formação profissional, fica bem evidente que durante a graduação os futuros profissionais têm a parte técnica bem desenvolvida e amplamente estudada, enquanto a formação humana, tão necessária para uma extensão rural bem feita, apresenta uma abordagem superficial. De modo diferente da pesquisa, a

extensão é uma atividade que exige uma capacidade multidisciplinar e de interação com o objeto do trabalho por parte do profissional que a realiza.

2.1 Educação Formal e Informal

Gaspar (2002) define educação formal como sendo aquela educação oferecida nas escolas que possuem um reconhecimento oficial em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas. O mesmo autor conceitua a educação informal como aquela na qual os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Gaspar (2002) ainda cita que na educação informal o ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência.

Tomando por base estes conceitos, pode-se dizer que o aprendizado de fatores técnicos no meio rural é um misto de educação formal e informal. Muito dos conhecimentos dos agricultores tem origem no processo de compartilhamento de informações entre familiares, vizinhos e comunidade rural como um todo. Este tipo de conhecimento é muitas vezes reconhecido como sendo aquele “tradicional” que passou “de pai para filho”.

Porém, existe também espaço para a educação formal. E esta é justamente o foco da extensão rural e suas particularidades. Na verdade, pode-se dizer que a extensão rural também engloba uma junção entre formalidade e informalidade. Em atividades de capacitação dos agricultores como dias de campo, palestras, minicursos e visitas técnicas que têm toda uma metodologia de ensino e proporcionam certificados e diplomas, pode-se dizer que a extensão rural tomou as vias da educação formal. Já em atividades cotidianas como as visitas semanais que técnicos extensionistas realizam nas propriedades e passam algum tipo de conhecimento de maneira prática, há um predomínio da educação informal (VENDRAMINI, 2007).

2.2 Extensão Rural e Comunicação: Desafios da Educação no campo

O termo “extensão”, no contexto em que está sendo estudado, na maioria das vezes é entendido como estender ou levar conhecimento a alguém. Nessa visão, implicitamente já supõe-se que há uma transmissão de conhecimento de um ser detentor da informação para outro que ainda não possui tal conhecimento. Nesse sentido, parece claro que há um grau de superioridade e hierarquia intelectual entre os atores envolvidos no processo de extensão.

Na extensão rural, mesmo antes da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974, esta visão de “repasso do conhecimento” foi aceita e praticada por décadas. Porém, acumulados casos de insucessos quanto ao objetivo pretendido com a extensão rural fez vários estudiosos e pesquisadores da área repensarem as formas de execução dessa atividade.

Freire (1985) já realizava uma crítica de como a extensão rural vinha sendo realizada. Nesta publicação, Freire (1985, p. 33) faz uma definição de extensão como sendo uma “Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)”. Ainda neste contexto, Freire (1985, p. 45) faz referência a um documento elaborado pelo Ministério da Agricultura em 1954 com o título “Planejamento do trabalho de extensão agrícola” na qual diz: “persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda e aplicar estas possibilidades é uma tarefa das mais difíceis e esta tarefa é justamente a do extensionista”. Dessa maneira, é possível observar a visão das instituições públicas da época, na qual enxergavam os agricultores como alguém que deveria ser manipulado.

Vale ressaltar o esforço de alguns autores em diferir o termo “extensão rural” de “assistência técnica”. De acordo com Peixoto (2008), a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Paranaguá, PR, v.4, n.1, jan./jun. 2019

necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. Por essa linha de raciocínio, o termo extensão rural tem uma abordagem muito mais ampla atualmente. Dessa forma, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não (PEIXOTO, 2008).

O curso superior de Agronomia é muito amplo quanto a sua gama de possibilidades de atuação profissional. A formação de um engenheiro agrônomo é muito mais tecnicista do que humanista. Não se pretende dizer aqui que a parte técnica não é importante e que deve ser deixada de lado em face a formação na área de humanas do agrônomo. Porém, uma maior inserção de unidades curriculares voltadas para temas como cultura, ética, comunicação e pedagogia se fazem necessárias para a boa formação de um extensionista rural. Assim, é raro encontrar engenheiros agrônomos recém formados que tenham planejado sua formação para atuar como extensionista rural (ABRAMOVAY, 1998).

Alguns estudiosos sobre o assunto preconizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tal qual está posto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Da forma como está escrito na CF/88, era de se esperar que os três pilares que regem o funcionamento de uma universidade tivessem igual nível de importância e interesse dispendidos pela comunidade acadêmica. O intuito maior dessa integração entre ensino, pesquisa e extensão é justamente que uma é dependente da outra para ser realizada com excelência. A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético (DA SILVA CORDEIRO & ANDRADE, 2009). Estes mesmos autores ainda ressaltam que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, uma vez que na graduação a ênfase recai sobre o ensino, e na pós-graduação o foco maior é a pesquisa.

2.3 Casos de Sucesso e Insucesso na Extensão Rural

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.4, n.1, jan./jun. 2019

Em 2001, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar, sendo reformulada em 2003 e lançada em 2004 (PEIXOTO, 2008). Este foi um importante marco na reformulação das ideias e conceitos de como executar o serviço público de extensão rural com qualidade. A PNATER auxiliou na elaboração de diretrizes para a criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).

Todos esses documentos oficiais elaborados com o intuito de organizar a maneira como a extensão rural vinha sendo realizada no país foram de suma importância para que políticas públicas posteriores viessem a ser bem-sucedidas. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi instituído em 2000 e extinto em 2016, algumas políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fortaleceram e facilitaram algumas dificuldades que agricultores familiares e extensionistas rurais enfrentavam.

Dessa maneira, com o setor de assistência técnica e extensão rural mais organizados a partir do começo dos anos 2000, uma série de iniciativas bem-sucedidas e uma maior efetividade dos serviços de extensão começaram a ser implementadas com mais frequência.

Uma das formas preconizadas para uma extensão rural eficiente é trabalhar o associativismo e cooperativismo entre os agricultores familiares. Trabalhar de forma conjunta nem sempre é uma atividade fácil de se realizar, uma vez que as diferenças e vaidades pessoais têm que ser suprimidas com o intuito do bem coletivo maior. Desta maneira, muitos extensionistas incentivam o cooperativismo como forma de agregar valor aos produtos de determinada comunidade e ao mesmo tempo facilitar a comunicação entre agricultores e técnicos (CALLOU et al., 2008).

Silva (2009) realizou um trabalho sobre a importância da cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores e também no impacto da extensão rural em um estudo de caso realizado com produtores de flores em Pernambuco. A autora concluiu que se faz necessário a existência de uma **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Paranaguá, PR, v.4, n.1, jan./jun. 2019

extensão rural que entenda as lacunas existentes em cada setor produtivo e que se comprometa em cobrir as necessidades levantadas pelos agricultores familiares.

Callou et al. (2008), em um trabalho de pesquisa com o objetivo de realizar um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural no conjunto das universidades públicas e privadas do Brasil, chegaram a algumas conclusões interessantes. Estes autores citam que há uma insuficiência da carga horária necessária à formação do extensionista/gestor de processos de desenvolvimento local, e criticam o fato da disciplina Extensão Rural ser, quase sempre, oferecida nos últimos semestres dos Cursos de Ciências Agrárias, o que obscurece o caráter multidisciplinar da Extensão, impedindo-a ainda de desempenhar a função de elo condutor das demais disciplinas do curso.

Tendo em vista os problemas levantados em alguns trabalhos, o que se percebe também é que o extensionista rural tem que ser um profissional eclético com o domínio de várias habilidades técnicas e interpessoais que o permita realizar o trabalho de maneira satisfatória. A área da Agronomia é tão ampla que se torna comum e compreensível encontrar profissionais especializados, por exemplo, na produção de hortaliças, mas pouco conhecem sobre a produção de galinhas poedeiras ou fruteiras orgânicas. Dessa maneira, na área da pesquisa, é comum e louvável encontrar o profissional das agrárias ultraespecializado em determinado campo do conhecimento. Porém, no âmbito da extensão, é justamente o contrário que acontece, já que é exigido do extensionista que ele conheça um pouco de cada cultura agrícola e criação animal, fazendo deste profissional mais um “generalista” do que um “especialista”.

2.4 METODOLOGIA

Com o intuito de resgatar o histórico da área que atualmente é conhecida como “Distrito Verde” em Naviraí/MS e descrição das consequências desse projeto para a economia local, foram realizadas entrevistas com os técnicos da AGRAER do escritório local de Naviraí que trabalharam diretamente neste projeto. Foram entrevistados 5 agentes extensionistas, sendo três engenheiros agrônomos e dois técnicos agrícolas.

Através de uma entrevista semiestruturada realizada no escritório local da AGRAER em Naviraí, pode-se obter informações importantes acerca das atividades desempenhadas pelo extensionista rural. A entrevista semiestruturada é aquela direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas (MANZINI, 2004). Este tipo de entrevista permite uma organização mais flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA, 2000).

Neste sentido, elaborou-se um questionário com o intuito de averiguar como se deu a implantação do projeto, as consequências sociais, econômicas e ambientais, e as perspectivas de crescimento e desenvolvimento dos agricultores que lá residem. Além das perguntas relacionadas diretamente ao projeto, também se procurou realizar questionamentos sobre o processo de assistência técnica e extensão rural no Brasil e em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de compreender melhor as relações entre os técnicos extensionistas e produtor rural.

As perguntas realizadas aos extensionistas foram:

- Como foi a criação do Distrito Verde em Naviraí?
- Relate alguns dados sobre o Distrito Verde desde sua criação.
- Como funciona a extensão rural no Distrito Verde hoje?
- Qual a importância do Distrito Verde para Naviraí?
- Discorra sobre o histórico da Extensão Rural no Brasil.
- Discorra sobre o histórico da Extensão Rural no Mato Grosso do Sul.
- O que evoluiu/mudou na Extensão Rural quando você começou a trabalhar e nos tempos atuais?

- Quais são os principais problemas e gargalos da extensão rural hoje?
- Qual a importância do Associativismo/Cooperativismo para o trabalho do Extensionista?
- Quais metodologias de extensão rural têm mais surtido efeito na sua opinião?
- Como deve ser o perfil do extensionista rural?
- Você acha que as Universidades Brasileiras proporcionam uma boa formação na área da extensão rural?
- Quais são os maiores desafios do extensionista atualmente?
- O que difere um bom extensionista de um mal extensionista?
- Como é o reconhecimento pela população do trabalho do extensionista?
- Como funciona a divisão de trabalho entre os extensionistas?
- Como é o contato/comunicação entre extensionista e agricultor? Como fazer o agricultor ter confiança no trabalho do extensionista?

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a interpretação dos resultados exige um processo de reflexão contínua sobre o comportamento do pesquisador, assim como uma interação dinâmica entre este e seu objeto de estudo (GÜNTHER, 2006). Dessa forma, segundo este mesmo autor, à medida que os achados na pesquisa qualitativa se apoiem em estudo de caso, estes dependem de uma argumentação explícita apontando quais generalizações seriam factíveis para circunstâncias específicas. Assim, procurou-se realizar e construir argumentos sólidos em cima das respostas dos entrevistados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia da implantação do Projeto Distrito Verde em Naviraí partiu de um estudo realizado pela AGRAER em conjunto com a Prefeitura Municipal de Naviraí apoiada principalmente pelo Governo Federal, Governo de Mato Grosso do Sul, COOPERNAV, Poder Judiciário de Naviraí e Associação dos Hortifrutigranjeiros de Naviraí. O objetivo desse estudo inicial era detectar quais

produtos agrícolas tinham que ser importados de outros estados para abastecimento de Naviraí e cidades ao entorno.

A partir dos resultados dessa pesquisa, constatou-se que a produção de hortifrutigranjeiros no município era insuficiente para suprir a demanda local. As frutas e hortaliças são itens básicos da alimentação do brasileiro, e caracterizam-se pela alta perecibilidade além das dificuldades inerentes ao transporte destes produtos. Sendo assim, faz-se necessário que as áreas de produção desses alimentos estejam o mais próximo possível do mercado consumidor, visando uma melhor qualidade do produto e preços mais acessíveis para a população local.

Em um primeiro momento, o trabalho a ser realizado pelas instituições de extensão rural do município foi mapear os agricultores familiares que já tinham alguma pequena produção de hortaliça. Foi observado que esses agricultores estavam espalhados pelo município em locais distantes um do outro, o que dificultava o contato, a troca de experiência e comercialização. Dessa forma, uma primeira ação foi contemplar esses produtores de hortifrutigranjeiros com um local e estrutura para realizarem a “Feira do Produtor Rural”. E a partir desta feira foi que surgiu a ideia de concentrar os produtores de hortaliças em um só lugar, com o intuito de facilitar algumas questões operacionais inerentes a produção agrícola, como por exemplo a produção em escala.

Desde a década de 1990 havia em Naviraí uma área de 20 alqueires comprada pelo município com o intuito de construir uma escola agrícola. Esta área localizava-se a uma distância de aproximadamente 7 quilômetros do centro da cidade. Porém, o projeto da escola não evoluiu e esta área foi doada para o governo federal para construir um presídio no ano de 2001. A área do presídio ocupou 3 alqueires, ficando os outros 17 alqueires em situação de abandono. Tendo em vista esta situação, no ano de 2005, os extensionistas rurais da AGRAER, representados principalmente pelo Engenheiro Agrônomo Ronaldo Botelho, decidiram iniciar os trabalhos junto aos órgãos competentes para reintegrarem a área que o presídio não utilizava para o município

novamente. E com a posse dessa área deu-se o início do Projeto do Distrito Verde em Naviraí.

O projeto do Distrito Verde foi idealizado visando atender prioritariamente aqueles agricultores da “Feira do Produtor Rural”, que na sua maioria eram arrendatários e não detinham a posse da terra onde se encontravam produzindo. Desta forma, a área total do Distrito Verde que é de aproximadamente 43,4 hectares foi dividida em 34 propriedades de 1,2 hectares para cada família, já contendo uma casa de 32 m², poço semi artesiano e um reservatório de água comunitário. A única coisa que os contemplados com o projeto pagariam seria a construção da casa.

Além dos agricultores que já tinham experiência na produção de hortaliças, algumas pessoas que não tinham ligação direta com a agricultura também foram contempladas com uma área no Distrito Verde. O desafio maior era propiciar condições para que estas pessoas pudessem produzir satisfatoriamente de maneira que conseguissem se sustentar e evoluir tanto na parte técnica como nas partes econômicas e sociais.

De acordo com o mentor do projeto, o Engenheiro Agrônomo Ronaldo Botelho, o objetivo principal do Distrito Verde foi oportunizar o acesso à terra, a responsabilidade alimentar, o equilíbrio de preços, a renda, a geração de novos empregos, a diminuição da circulação de mercadorias de hortifrutigranjeiros nas estradas e o abastecimento.

Em um primeiro momento houve um certo temor dos agricultores em se mudar para uma localidade próxima a um presídio federal. Porém, após o trabalho de conscientização realizado com as pessoas sobre a oportunidade e também sobre a segurança do local, muitos interessados foram aparecendo. Posteriormente, houve uma seleção das pessoas através de entrevistas e questionários realizados pelos técnicos da AGRAER.

Após o período inicial de implantação, verificou-se algumas dificuldades quanto a questões de ordem técnica, econômica e de relacionamento entre alguns agricultores. Uma das dificuldades apresentadas foi a impossibilidade de acesso ao crédito rural em um primeiro momento, devido ao fato que o

produtor só teria a escritura da propriedade após quitação da casa de 32 m² junto a Agência de Habitação de Mato Grosso do Sul (AGEHAB).

O serviço de extensão rural talvez tenha sido o diferencial para o sucesso do projeto. A assistência técnica aos agricultores acontecia com periodicidade semanal, utilizando-se de metodologias de extensão rural como visitas direcionadas, dias de campo, palestras com especialistas na área, organização de visitas à eventos de horticultura com os agricultores, incentivo e organização de associações e cooperativas e auxílio na comercialização dos produtos (Figura 1). Dentro da AGRAER havia alguns técnicos especialistas na produção de hortaliças, o que facilitou as trocas de informação entre extensionista e agricultor. De acordo com as palavras do extensionista Ronaldo Botelho, “a função da extensão é ajudar o produtor rural a ajudar a si mesmo”. Portanto, muito mais do que levar conhecimento e tecnologias até o produtor, a finalidade maior do trabalho de extensão é esclarecer junto ao agricultor o leque de opções de atividades que podem ser desempenhadas com sucesso. E com esse trabalho de conscientização e esclarecimento, é o próprio agricultor quem deve ter a liberdade de tomar as decisões que mais favorecerão a si próprio e a sua família. Como já dizia Freire (1985, p. 29): “Aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre domesticadora” e “Este sim é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como um especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza”. Como educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão”.

Figura 1 – Dia de campo sobre produção de hortaliças no Distrito Verde

Fonte: autores

Porém, após 3 anos de execução do projeto, 20 famílias encontravam-se produzindo no local, enquanto 14 famílias desistiram da atividade. No entanto, os agricultores que permaneceram no local começaram a se tecnificar e produzir cada vez mais em quantidade e qualidade. Dessa forma, o investimento em sistemas de irrigação, utilização de variedades adaptadas, construção de casas de vegetação com sistema de hidroponia, aquisição de maquinário específico para preparo do solo em hortaliças como enxada rotativa e enleirador de canteiros começaram a fazer parte do cotidiano das propriedades rurais (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2 – Sistema de produção de hortaliças em hidroponia no Distrito Verde



Fonte: autores

Figura 3 – Sistema de irrigação por aspersão na produção de hortaliças no Distrito Verde



Fonte: autores

Figura 4 – Produção de mudas de olerícolas dentro de Casa de Vegetação no Distrito Verde



Fonte: autores

A utilização dessas diferentes tecnologias permitiu aos agricultores se beneficiarem de diversas maneiras como, por exemplo, a produção em escala comercial, produção no ano inteiro permitindo lucros maiores nos períodos de entressafra, inserção da mão-de-obra de toda a família na atividade agrícola e maior poder de comercialização junto as redes varejistas. Além disso, algumas propriedades já necessitam da contratação de mão-de-obra externa ao núcleo familiar, gerando emprego para a cidade e movimentando a economia local.

Atualmente, algumas consequências do trabalho realizado no Distrito Verde já são perceptíveis para os moradores de Naviraí. Por exemplo, a produção de hortaliças folhosas como alface, couve, almeirão, rúcula, salsa, coentro, agrião, chicória apresentou um crescimento considerável nos últimos 10 anos, sendo que quase 100% dessas hortaliças são oriundas do próprio município e 80% vindas do Distrito Verde.

Hoje, o Distrito Verde se tornou um polo de produção de hortaliças e a valorização das propriedades rurais ali situadas já é uma realidade perceptível

devido ao fato de muitos agricultores do município estarem interessados em adquirir um pedaço de terra naquele local. De acordo com o IBGE (2017), a população estimada de Naviraí em 2017 é de 53.188 habitantes. Para uma cidade deste porte, o projeto do Distrito Verde foi totalmente viável, levando em conta que o mercado local supre toda a oferta de hortaliças dos produtores familiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 13 anos da implantação do Distrito Verde, percebeu-se que o grande diferencial deste projeto foi a concentração dos produtores de hortaliças em um só lugar próximo à cidade. Desta situação pode-se citar várias vantagens como facilitação da assistência técnica e extensão rural, possibilidade de melhor infraestrutura para os produtores rurais, trocas de experiências entre os agricultores, maior facilidade para a formação de associações e cooperativas, otimização dos recursos e implementos necessários à produção agrícola. Um outro diferencial foi a definição do foco em produção de hortaliças especificamente, diferente do que acontece por exemplo em assentamentos rurais na qual cada agricultor produz o que achar mais conveniente naquele momento.

A intenção dos idealizadores do projeto Distrito Verde é levar este exemplo de sucesso ocorrido em Naviraí para outros municípios brasileiros que apresentem características semelhantes ou com populações maiores. Todo grande centro urbano sempre vai demandar produtos hortícolas de alta perecibilidade. E desta maneira, a produção de hortaliças, para ser economicamente viável, deve estar o mais próximo possível do mercado consumidor.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, A. C; de S. (org.). **Introdução à agronomia**. Rio de Janeiro: Interciencia, 614 p., 2013.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 15(1), 137-157. 1998

Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - **ASBRAER**. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/>>. Acesso em mar/2018.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em abr/2018.

CALLOU, A. B. F., *et al.* O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, ano XV, n. 16, Jul 84-115. 2008.

CIDADES, **IBGE**. (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/panorama>>. Acesso em maio/2018.

DA SILVA CORDEIRO, F. M. G. & ANDRADE, F. C. B.. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 8ª Edição, 1985.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança**: implicações na formação do fisioterapeuta. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. **Ciência e público**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 171-183, 2002.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. Brasília: **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

MANZINI, E. J. **Entrevista**: definição e classificação. Marília: Unesp, 4 transparência. P&b, 39 cm x 15 cm. 2004.

Ministério da Educação - MEC – **Resolução CNE nº3 (2002)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_resol_03.pdf>. Acesso em maio/2018.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. 2008. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/136891>>. Acesso em mar/2018.

SILVA, F.C. & LEITÃO M.R.F.A. Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco. **Revista Interações**, 10:09-19. 2009.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Campinas: **Cad. Cedes**, 27(72), 121-135.2007.

Enviado em: 14/09/2018

Aceito em: 12/09/2019

Editor Chefe: Everaldo dos Santos

Editora: Manuela Dreyer Silva

Editora de Seção: Daniele Borges da Silva